Revista Espinhaço, 2017, 6 (1): 29-40.

As chancelas da Unesco como alternativas de gestão para os patrimônios culturais e naturais da Serra do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil

Solano de Souza Braga *
Bernardo Machado Gontijo **
Úrsula Ruchkys de Azevedo ***
Guilherme Augusto Pereira Malta ****
Marina Furtado Gonçalves *****

* Turismólogo (UFMG) e Geógrafo (UNIVERSO). Mestre em Geografia (IGC-UFMG). Professor da UFPI.
** Graduado em Ciências Biológicas (PUCMinas) e Geografia (IGC-UFMG). Mestre em Estudos Latino-Americanos (Vanderbilt University). Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UNB). Professor do IGC-UFMG.
*** Geóloga (UFMG). Mestre em Geografia (PUCMinas). Doutora em Geologia (UFMG). Professora do IGC-UFMG.
**** Turismólogo (UFMG). Mestre em Geografia (IGC-UFMG). Doutorando em Geografia (IGC-UFMG).
***** Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (UFMG). Mestre em Artes (UFMG). Doutoranda em História (UFMG).

Resumo Este artigo é resultado de uma reflexão sobre as possíveis formas de relacionar a gestão territorial em três dos municípios mineiros que receberam a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO): Ouro Preto (título concedido em 1980), Congonhas, (título concedido em 1985) e Diamantina (título concedido em 1999). No contexto espacial da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), Ouro Preto e Congonhas estão também incluídos na proposta de criação do *Geopark* Quadrilátero Ferrífero, chancela concedida pelo mesmo organismo internacional. A partir do levantamento acerca dos mecanismos gestores da região da RBSE, propõe-se um sistema colaborativo entre os sítios culturais e naturais, no intuito de que esta gestão possa ser realizada de maneira mais integrada e eficiente, com o objetivo de dar mais visibilidade ao patrimônio histórico-cultural visando à conservação e o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: paisagem cultural, reserva da biosfera, geoparques, gestão, patrimônio.

1. Introdução

Os processos de atribuição de chancelas são complexos e não se pretende aqui realizar os diagnósticos que seriam necessários para propor uma candidatura à Paisagem Cultural de Reserva da Biosfera ou de *Geopark*. A proposta que será apresentada parte do reconhecimento da vasta e diversa área que a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) engloba. Esta área deve ser gerida com a integração conceitual e espacial de aspectos culturais, naturais, o desenvolvimento e conservação.

A chancela concedida pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) de Reserva da Biosfera, em 2005, para a porção meridional da Serra do Espinhaço, foi o último reconhecimento dessa agência para uma região que engloba também três sítios do Patrimônio Cultural Mundial: Ouro Preto (título concedido em 1980), o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas, em Congonhas, (título concedido em 1985) e o centro histórico de Diamantina (título concedido em 1999), além da região do Quadrilátero Ferrífero, uma área em processo de reconhecimento como *Geopark*. A sobreposição da Reserva da Biosfera com outras chancelas, além da proposição de um *Geopark*, da existência de unidades de conservação (UC) e da rota turística Estrada Real, fomentou a discussão sobre o sistema de gestão mais adequado para integrar os patrimônios naturais e culturais da RBSE. No intuito de entender a relação entre os elementos apresentados, adotou-se como área de experimentação metodológica aquela compreendida pelos noventa e quatro municípios inseridos na RBSE. A partir do recorte geográfico foi possível fazer um inventário dos patrimônios naturais e culturais, incluindo as unidades de conservação. Buscou-se construir a visão da RBSE como um território e, posteriormente, com base na caracterização realizada, refletir sobre os possíveis benefícios desse mesmo território receber também as chancelas de *Geopark* no Quadrilátero Ferrífero e de Paisagem Cultural no trecho entre a Serra do Cipó e Diamantina.

O levantamento do referencial teórico, cujo conteúdo contempla a temática dos termos "Paisagem Cultural", "Reserva da Biosfera" e "*Geopark"*, baseou-se em fontes documentais, como pesquisa realizada por meio do Centro Lúcio Costa – IPHAN e os relatórios oficiais da UNESCO, RBSE e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), artigos, monografias, teses e trabalhos apresentados em eventos científicos e informações

disponíveis em sítios eletrônicos, além de estudos realizados pelo Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço (GIPE)[1].

A argumentação apresentada se fundamenta na caracterização dos aspectos políticos da Serra do Espinhaço, por meio da análise do documento intitulado "Primeira Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Man and the Biosphere Programme (MaB) UNESCO", publicado no ano de 2015, no qual foram disponibilizados vários dados em macroescala que fundamentaram a caracterização e análise da RBSE sob os aspectos em que este estudo se propoem. A pesquisa apresentada integrou os trabalhos selecionados na primeira chamada pública de pesquisas promovida pelo IPHAN, por intermédio do Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio - Centro Lucio Costa (CLC), Centro de Categoria II sob os auspícios da UNESCO.

2. A reserva da biosfera da Serra do Espinhaço

A Serra do Espinhaço foi reconhecida como Reserva da Biosfera em vinte e sete de junho de dois mil e cinco, sendo uma das maiores formações de campos rupestres do Brasil e uma das regiões mais ricas e diversas do mundo, compreendendo uma área de três milhões e setenta mil hectares. Sua área de abrangência, conforme dados da Fundação Biodiversitas (2009, *apud* Andrade *et al.* 2015), começa pelas Serras de Ouro Preto e Ouro Branco, no Quadrilátero Ferrífero, na região Centro-Sul do estado de Minas Gerais, alcançando também as Serras do Caraça, Catas Altas e Barão de Cocais. Próximas à Belo Horizonte, e ainda fazendo parte do Quadrilátero Ferrífero, estão as Serras da Piedade, Moeda, Curral. Ao Norte de Belo Horizonte, encontra-se Serra do Cipó, área muito estudada e com altos níveis de exploração turística. A Serra do Cabral, por sua vez, encontra-se na região do Alto São Francisco. Já Diamantina, Serro e Itambé localizam-se na região do Alto Jequitinhonha. A Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço é composta, ao todo, por noventa e quatro municípios (Figura 1)[2].

Segundo informações disponibilizadas pelo comitê estadual da RBSE (2016), seu reconhecimento pela UNESCO se justificou, dentre outros motivos, pelo fato de sua porção em Minas Gerais abrigar sessenta e sete por cento das espécies de plantas ameaçadas de extinção, o maior número de espécies endêmicas da flora brasileira e um grande endemismo da fauna associada a essas plantas. No "Zoneamento síntese da RBSE" tem-se como área total 3.076.457,8 hectares, sendo a área das zonas núcleo de 204.522,14 hectares; a área da zona de amortecimento de 1.979.996,65 hectares e a área da zona de transição de 991.939,01 hectares. Na borda leste, pertencente ao Bioma da Mata Atlântica e à Bacia do Rio Doce, formou-se o "Caminho do Mato Dentro", parte da extensa Estrada Real. Por este trecho passou a maioria dos viajantes e naturalistas do período Pós-Joanino e, em seus relatos, é comum a alusão à beleza da Serra. Os traços da arquitetura portuguesa ainda marcam a paisagem das cidades históricas desta vertente da Serra, sendo o próprio caminho também de grande representatividade histórico-cultural. Na porção oeste, onde predomina o Cerrado, os traços de relevo mais suaves são marcados por alguns cursos d'água da Bacia do Rio São Francisco e enclaves de relevo cárstico, com inúmeros sítios arqueológicos.

Em relação ao povoamento de origem portuguesa, os primeiros registros, conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), são do século XVI quando, em busca de alternativas para gerar recursos na Colônia frente a crise da cana-de-açúcar, Portugal incentivou várias expedições ao interior do Brasil em busca de metais e pedras preciosas (ICMBio, 2009 *apud* Braga, 2011). O primeiro registro é de 1572, quando a bandeira de Sebastião Fernandes Tourinho teria passado pela borda Leste da Serra do Espinhaço, com cerca de quatrocentos homens, ao fazer o trajeto entre as capitanias da Bahia e de São Paulo.

Após a descoberta de ouro e diamante no Serro e em Diamantina (na época Vila do Príncipe e Tejuco), muitos outros viajantes e exploradores passaram a circular pelos caminhos da Serra do Espinhaço, sendo que os roteiros já estavam lançados. Dessa forma, esses caminhos se consolidaram e a região lentamente foi colonizada por meio das inúmeras vilas que se formaram entre a Vila Rica (Ouro Preto) e o Tejuco. Em meados dos séculos XVII e XVIII Ouro Preto e Diamantina foram consideradas por alguns historiadores as cidades mais ricas do continente americano.

Com o declínio da mineração do ouro e diamante no final do século XIX, gradativamente, a região perdeu centralidade. A falta de estradas transitáveis e a dificuldade em se deslocar nos terrenos acidentados da Serra funcionaram como atrativo apenas para alguns grupos de ex-escravos que, após a abolição da escravidão, migraram para a borda Oeste da Serra onde formaram alguns povoados. O período entre os séculos XIX e XX foi marcado não só pela estagnação econômica, mas também por constantes rearranjos territoriais entre os municípios que formam essa região. A estagnação foi mais perceptível na borda Oeste, marcada, sobretudo, pelo isolamento geográfico em razão da escassez de acessos, um fato visível na paisagem até hoje.

[1] O GIPE tem como tema norteador o estudo integrado da paisagem da Serra do Espinhaço, com ênfase nas interfaces existentes entre as áreas protegidas e a produção do espaço. A área de abrangência e de foco da pesquisa constitui-se na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) UNESCO 2005, qual seja, grande parte da porção da Serra do Espinhaço mineira (desde a região de Diamantina até a Serra do Cipó) e o Quadrilátero Ferrífero.

[2] Diogo de Vasconcelos, Dom Joaquim, Engenheiro Navarro, Felício dos Santos, Ferros, Francisco Dumont, Gouveia, Ibirité, Igarapé, Itabira, Acaiaca, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Augusto de Lima, Baldim, Barão de Cocais, Barra Longa, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bocaiúva, Bom Jesus do Amparo, Brumadinho, Buenópolis, Caeté, Carmésia, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Claro dos Poções, Coluna, Conceição do Mato Dentro, Itabirito, Itamarandiba, Itambé do Mato Dentro, Itatiaiuçu, Itaverava, Jaboticatubas, Jeceaba, Jequitaí, Joaquim Felício, Lamim, Lassance, Mariana, Mário Campos, Materlândia, Moeda, Monjolos, Morro do Pilar, Nova Lima, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Corinto, Couto de Magalhães de Minas, Curvelo, Datas, Diamantina, Nova União, Olhos D'Água, Ouro Branco, Ouro Preto, Passabém, Piranga, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Queluzito, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Sabará, Sabinópolis, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santa Maria de Itabira, Santana de Pirapama, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, São Brás do Suaçuí, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Preto, São Joaquim de Bicas, São Sebastião do Rio Preto, Sarzedo, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas, Serro, Taquaraçu de Minas, Várzea da Palma.

Em virtude da criação e demarcação de diversas unidades de conservação na área que abrange a Serra do Espinhaço, cita-se como exemplo, o Parque Nacional da Serra do Cipó (Parna Cipó) com 33.400ha, a Área de Proteção Ambiental Federal Morro da Pedreira, além de outras UC estaduais, municipais e particulares espalhadas pelo território da RBSE. Contudo, deve-se considerar que muitas dessas UCs foram criadas e delimitadas sem o devido estudo, interlocução e proposição de projetos e programas voltados para a comunidade no intuito de informar como ela poderia se beneficiar dessa nova realidade. Desse contexto, originaram-se diversos conflitos e uma forte resistência frente às mudanças empreendidas pelo poder público atuante em algumas localidades (Becker, 2009).

Explicitadas as principais características ambientais da região cumpre ressaltar a complexidade dos traços culturais existentes, evidenciando a riqueza socioambiental presente nessas localidades. Cita-se, neste sentido, a presença de comunidades tradicionais na região, além de uma diversidade de manifestações culturais como festas, modo de vida caipira, cultura barroca, artesanato e culinária típica. Neste contexto, dentre as atividades econômicas, a mineração e o turismo foram apresentadas como as duas principais atividades econômicas propulsoras do desenvolvimento do território da RBSE. De um lado, grandes empresas com alto potencial de investimento como as mineradoras, as de produção de energia, de silvicultura, entre outras.

De outro lado, as atividades tradicionais de subsistência e o artesanato que experimentavam melhoramentos da qualidade e da capacidade comercial pela ação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Instituto Mineiro de Agropecuário (IMA), com programas de capacitação, treinamento, assistência técnica e controle de qualidade de produtos (Minas Gerais, 2005).

3. Da dança das chancelas ao abrigo da grande reserva da biosfera – há espaço e respaldo para todas

As chancelas da UNESCO relacionadas ao reconhecimento dos patrimônios naturais e culturais, tais como Reserva da Biosfera, Patrimônio Mundial, Paisagem Cultural e *Geopark*, levam em consideração a questão territorial. Pelegrini (2006) lembra que, para Milton Santos, pode-se limitar territórios tendo como base "sua utilidade atual, passada e futura" e estes são fruto do uso que lhes é atribuído "pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores". A autora ainda destaca que "essa assertiva descortina as múltiplas facetas da problemática patrimonial, libertando-a da clausura inerente às definições isoladas, sem dissociá-la das referências culturais e do espaço geográfico" (Pelegrini, 2006, p. 121). Dessa forma, a "interpretação do patrimônio cultural ou do patrimônio ambiental não pode ser abstraída dialeticamente das ações historicamente responsáveis por sua construção" (Pelegrini, 2006, p. 121).

Complementando a visão de Pelegrini (2006), acredita-se que, devido à extensão da área de estudo, as chancelas de Patrimônio Mundial Paisagem Cultural, Reserva da Biosfera e *Geopark* são capazes de, cada uma da sua forma, englobar a complexa e extensa porção territorial da RBSE já reconhecida como Reserva da Biosfera. É por meio dessas chancelas que pretende-se propor um arranjo espacial em que os territórios que já são reconhecidos como Patrimônio Cultural Mundial em Diamantina, Ouro Preto e Congonhas possam se inserir no seu contexto histórico e regional. Este triplo reconhecimento de títulos torna-se necessário, uma vez que cada chancela tem explícito nas suas definições e conceituações uma inerente proximidade ao conceito geográfico de região e as diferentes faces do patrimônio encontrado na RBSE, seja ele cultural, histórico, natural e/ou paisagístico. As Reservas da Biosfera são, segundo a UNESCO, o principal instrumento do Programa MaB e compõem uma rede mundial de áreas voltadas à pesquisa cooperativa, à conservação do patrimônio natural e cultural e à promoção do desenvolvimento sustentável. Buscando incentivar a conservação e o reconhecimento de bens culturais e naturais significativos para a humanidade a UNESCO criou, em 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Nessa convenção a agência estabelece os requisitos para o reconhecimento de patrimônios mundiais. No caso do patrimônio cultural são elencados os seguintes critérios: representar uma obra-prima do gênio criativo humano; ser manifestação de um importante intercâmbio de valores humanos no que diz respeito a um período determinado ou uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, planejamento urbano ou paisagismo; ser aporte de um único ou último testemunho excepcional para uma tradição cultural ou para uma civilização viva ou que tenha desaparecido; ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustra um ou mais estágios significativos da história da humanidade; ser um exemplo excepcional de assentamento tradicional humano, do uso da terra ou do mar, que representa uma cultura (ou várias), ou a interação humana com o meio ambiente, especialmente quando estas tenham se tornado vulneráveis sob os impactos de mudanças irreversíveis; e estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, ideias, crenças e trabalhos artísticos e literários de valor universal excepcional.

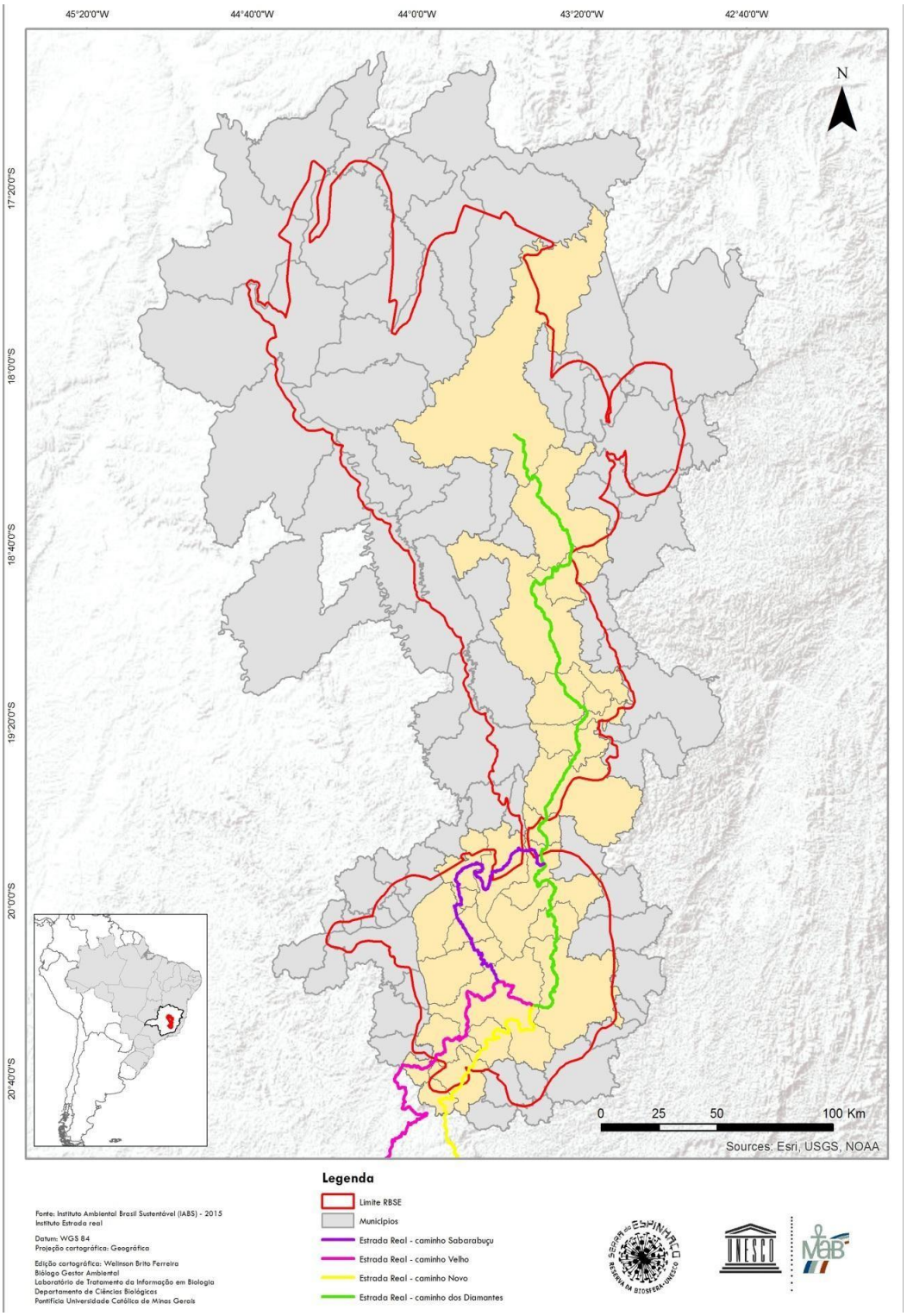

Figura 1: RBSE: os limites municipais e o traçado dos Caminhos da Estrada Real.
Fonte: ANDRADE *et al*. (2015).

De acordo com a convenção da UNESCO, considera-se Patrimônio Natural da Humanidade:

> os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; e os locais de interesse natural ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972).

Para obterem tais benefícios, os sítios devem ter dimensões suficientes, zoneamento apropriado, políticas e planos de ação definidos e um sistema de gestão que seja participativo, envolvendo os vários segmentos do governo e da sociedade. As Reservas da Biosfera adotam diretrizes específicas de zoneamento para trabalhar a conservação, a sociedade e a biodiversidade. A característica principal é ser

uma alternativa aos modelos de conservação que isolam os ecossistemas representativos do planeta como ilhas ameaçadas pelos impactos das atividades humanas.

O reconhecimento de um sítio natural ou cultural como sendo mundial considera, a exemplo do que ocorre nos cenários nacionais, o patrimônio como um bem público. No caso dessa chancela específica, os países com sítios assim reconhecidos devem respeitar o compromisso com sua salvaguarda por meio de uma efetiva gestão a longo prazo que deve incluir meios de verificação e acompanhamento da proteção do bem.

Tanto para o patrimônio natural quanto para o patrimônio cultural, as formas de implantação de unidades de conservação de proteção integral, tombamentos e chancelas tendem a tratar como enclaves elementos que participam de complexos contextos históricos, sociais e espaciais. As Reservas da Biosfera vão além da salvaguarda dos bens patrimoniais, sua gestão deve incluir a busca por soluções sustentáveis e ganhos econômicos para as populações, como o desenvolvimento do turismo. Para cumprir suas funções, as Reservas da Biosfera estabelecem o zoneamento de seu território e definem núcleos de planejamento e gestão das atividades a serem realizadas. Mesmo assim, no caso da RBSE, percebe-se que a gestão não acontece de forma efetiva e é voltada, quase que exclusivamente, para as áreas reconhecidas como unidades de conservação. O uso e a ocupação do solo das áreas de uma Reserva da Biosfera se dá segundo um modelo próprio de zoneamento, composto por Zonas Núcleo, de Amortecimento e de Transição.

A função da Zona Núcleo é proteger a paisagem natural e a biodiversidade. Elas correspondem às Unidades de Conservação de proteção integral como Parques e Estações Ecológicas. As Zonas de Amortecimento, estabelecidas no entorno das Zonas Núcleo ou entre elas, têm por objetivos minimizar os impactos negativos sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais. Já as Zonas de Transição não possuem limites rigidamente definidos e envolvem as Zonas de Amortecimento e Núcleo. Elas destinam-se prioritariamente ao monitoramento, à educação ambiental e à integração da Reserva com o seu entorno, onde predominam áreas urbanas, agrícolas, extrativistas e industriais.

As Reservas da Biosfera constituem um novo campo que trata da questão ambiental, mas ainda não dialogam abertamente com o patrimônio cultural e, consequentemente, não protegem os bens naturais em total sintonia com os culturais. Contudo, a falta de diálogo observada demonstra que talvez a relação entre patrimônio natural e patrimônio cultural não tenha ainda se tornado clara nos planos de gestão.

Ao focar sua gestão em unidades de conservação, a RBSE deixa de cumprir um de seus papéis que diz respeito a integração dos patrimônios natural e cultural. Sobre isso, Pelegrini destaca que "na medida em que os bens culturais parecem entendidos como resultado da transformação da natureza, se reconhece que as constantes alterações do meio decorrem das novas necessidades que surgem ao longo da existência humana" (Pelegrini, p.120). A partir dessa concepção pode-se entender que o patrimônio ambiental "inclui não somente os "recursos naturais" ou "a natureza não apropriada pelo trabalho", mas também os subsídios da construção cultural, quais sejam, os ambientes urbanos percebidos como lócus da materialização das relações sociais" (Pelegrini, 2006, p. 120).

Em 1995, na Conferência Internacional sobre as Reservas da Biosfera, realizada em Sevilha, Espanha, foi redefinido o papel dessas reservas. Até fevereiro do ano de dois mil e dezessete, somam-se mais de duzentas e trinta e nove reservas localizadas em oitenta e três países, sendo sua principal função criar oportunidades para que as populações que vivem dentro ou perto das reservas desenvolvam um relacionamento equilibrado com a natureza e, ao mesmo tempo, demonstrar para toda a sociedade as vias de um futuro sustentável. Essa visão é também defendida por Berque (1998) ao discorrer sobre a relação paisagem, cultura e natureza, afirmando que a "paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização" e, simultaneamente, "participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza" (Berque, 1998, p. 85).

Para obter a chancela de Reserva da Biosfera, os países interessados propõem regiões delimitadas de seus territórios que cumpram determinados critérios, combinando três funções básicas, sendo elas definidas pela UNESCO: 1) a conservação, contribuindo para a manutenção da integridade de paisagens, ecossistemas, espécies e diversidade genética, 2) o desenvolvimento, fomentando um desenvolvimento humano e econômico que seja ecológica e culturalmente sustentável e 3) o apoio logístico, que compreende pesquisa científica, monitoramento, formação e educação relativas à conservação e ao desenvolvimento sustentável em nível local, regional, nacional e global. Além das três funções citadas, considera-se que as regiões que receberam a chancela cumpram os seguintes requisitos: 1) incluir um mosaico de sistemas ecológicos representativos das maiores regiões biogeográficas, 2) ter importância para a conservação da biodiversidade biológica, 3) representar uma oportunidade para se experimentar e demonstrar enfoques de desenvolvimento sustentável na escala regional (...), 5) ter zoneamento apropriado, 6) ter esquema organizacional que promova o envolvimento e a participação de setores sociais (autoridades públicas, comunidades, agentes privados), e 7) ter condições e provisões para: (a) ter instrumentos para gerir as atividades humanas na região; (b) ter uma política ou plano de gestão para a área, na qualidade de reserva da biosfera; e (c) ter mecanismo designado para implementação da política ou plano citados. (UNESCO, 1996a).

Atualmente o Brasil possui sete Reservas da Biosfera em diferentes estágios de organização e implantação, sendo elas: Reserva da Biosfera da Caatinga (está inserida nos noves estados da região nordeste e norte de Minas Gerais), Reserva da Biosfera do Cerrado (regiões do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí), Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Cinturão Verde de São Paulo (localizada no estado de São Paulo e porção leste da costa brasileira), Reserva da Biosfera do Pantanal (Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e pequena parcela de Goiás), Reserva da Biosfera da Amazônia Central (está localizada na área do Projeto Corredor Ecológico Central da Amazônia, no interior do Estado do Amazonas) e Reserva da Biosfera da Serra do

Espinhaço (região central do estado de Minas Gerais). Apesar do número expressivo de reservas, estas unidades ainda carecem de melhores estudos no que se refere ao planejamento e gestão de seus territórios.

Analisando a referência a respeito das Reservas da Biosfera presentes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é possível evidenciar dois apectos: o primeiro trata de que as reservas, por terem suas características claramente ligadas à conservação da biodiversidade, dialogam facilmente com o SNUC. Na "Primeira Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, MaB-UNESCO", tem-se a listagem das Unidades de Conservação presentes no contexto da RBSE que conta com trinta e três Áreas de Proteção Ambiental, doze Áreas de Proteção Especial, uma Floresta Nacional, dez Monumentos Naturais, trinte e seis Reservas Particulares do Patrimonio Natural, duas Reservas Biológicas, vinte e três Parques e quatro Estações Ecológicas. O segundo aspecto é que os bens culturais tombados não foram citados, quantificados ou espacializados no documento da RBSE referenciado. Os bens culturais são cento e vinte e sete tombados pelo IPHAN, cinquenta pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e estão distribuídos por quase todo o território da RBSE.

4. Os mosaicos dentro da grande reserva e os sítios de patrimônio cultural da humanidade

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), amparado pela Portaria nº 482 de 14 de dezembro de 2010, o mosaico de unidades de conservação é um modelo de gestão que busca a participação, integração e envolvimento dos gestores de UCs e da população local na gestão das mesmas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. Portanto, o reconhecimento de um mosaico se dá quando existir um conjunto de UCs próximas, justapostas ou sobrepostas, pertencentes a diferentes esferas de governo ou não. O estabelecimento de um mosaicocontribui para a transposição de um dos principais desafios na gestão de unidades de conservação, que é a interação entre a população local, o governo local e os órgãos gestores de diferentes esferas de atuação para promover ações de proteção das áreas naturais.

A porção sul da RBSE, a região do "Mosaico do Quadrilátero Ferrífero"[3], proposta no plano da RBSE, foi a mesma que atraiu milhares de colonos em função das enormes jazidas de ouro aí presentes. Exaurido o ouro, restaram as jazidas de manganês e minério de ferro que passariam a ser intensivamente exploradas a partir do século XX. Para essa região existe a proposição de criação de um *Geopark* no modelo da UNESCO que abrange, ao norte, a serra do Curral desde a serra do Rola Moça até a serra da Piedade; a oeste, a serra da Moeda; ao sul a serra de Ouro Branco, serra de Itatiaia e o pico do Itacolomi; e a leste a região de Passagem/Matacavalos/Mariana, Antônio Pereira, pico do Frazão, serra do Caraça, serra do Tamanduá, Serras do Brucutú, das Cambotas e da Piedade, compreendendo aproximadamente 6.500 km² (Ruchkys, 2007).

Apesar da onipresença das cicatrizes causadas pela exploração intensiva do minério de ferro, as cidades e pequenas vilas que se formaram com a riqueza gerada pelo ouro e diamantes, e que apresentam todo a exuberância do barroco mineiro, são destinos turísticos nacional e internacionalmente conhecidos. Outras vilas e cidades originadas nessa época ainda guardam muito de seu patrimônio cultural e arquitetônico, todas localizadas em meio a uma paisagem montanhosa, rica em quedas d'água e com uma vegetação preservada que ainda resiste às pressões antrópicas.

Os outros dois mosaicos juntos formariam, conforme a proposta desse estudo, a Paisagem Cultural do Caminho dos Diamantes. Quanto ao "Mosaico do Espinhaço Meridional", proposta no plano da RBSE, encontra-se a oeste da Estrada Real e da Mata Atlântica, no trecho entre o Quadrilátero Ferrífero e Diamantina, e a leste do Cerrado e da região cárstica do médio Rio das Velhas. Esse território está circunscrito pela Serra do Cipó e apresenta um modelo de ocupação mais esparso, com muitas fazendas na base da cordilheira e grandes vazios populacionais nos topos. Sítios arqueológicos são abundantes e sinalizam para um povoamento antigo, cujos caminhos também foram percorridos pelos colonos que seguiam pela Estrada Real e suas derivações. As maiores altitudes são preenchidas pelo bioma dos Campos Rupestres, ricos em endemismos e espécies ameaçadas de extinção, constituindo uma grande área de recarga do aquífero, fator que define a ocorrência de inúmeras quedas d'água, principal atrativo turístico da região, incluindo-se aí a maior queda d'água de Minas Gerais: a cachoeira do Tabuleiro. A pressão turística dá-se de forma esparsa, sendo que alguns núcleos urbanos locais atuam como pólos de afluxo turístico.

Esta porção da RBSE vem sofrendo uma série de transformações que podem ser associadas a três fenômenos correlatos, a saber, a criação de unidades de conservação, a pressão turística e a exploração mineral. Ao mesmo tempo em que várias UCs foram/estão sendo criadas – como a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, o Parque Nacional da Serra do Cipó, o Parque Estadual da Serra do Intendente, o Parque Estadual do Biribiri, o Parque Estadual do Rio Preto e outras – o fluxo turístico também tem aumentado significativamente nos últimos vinte anos. Ambos os processos alimentam-se reciprocamente, ou seja, quanto maior a quantidade de UCs, e quanto melhor estruturadas estão, maior o fluxo turístico nas unidades e entorno. Por outro lado, quanto maior o fluxo turístico da região, maior é a pressão sobre as unidades, suas estruturas e as populações residentes dentro e no entorno destas áreas protegidas.

O terceiro fenômeno, historicamente presente em praticamente todo o território da RBSE, é a mineração. Esta atividade, inicialmente ligada à exploração de ouro e pedras preciosas, que moldou os primeiros povoamentos, hoje deu lugar, em termos de impacto e escala, à mineração do ferro

[3] As definições de mosaicos apresentadas estão de acordo com os definidos pelo Comitê Gestor da Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço.

que tem se consolidado e expandido ao longo da Cadeia do Espinhaço. Mesmo que mais pontual, a exploração de outros minerais como o quartzito também vem se intensificando ao longo dos anos. A Região do Quadrilátero Ferrífero é o território de maior identidade com a mineração na RBSE. "Entretanto, hoje, novos eixos de instalação de grandes empreendimentos minerários têm se destacado no território, a exemplo da região de Conceição do Mato Dentro, Serro (cidades históricas), Morro do Pilar, Dom Joaquim e Alvorada de Minas" (Andrade *et al.*, 2015: 250). Quanto à relação entre mineração e turismo, Becker (2011), destaca que apesar da mineração ter "o potencial de alocar recursos para investimento na consolidação e ampliação das áreas núcleos da RBSE, ela cria tensões e conflitos com as comunidades que vivem das atividades econômicas ligadas ao uso tradicional do território e, recentemente também ligadas ao uso turístico da zona de transição" (Becker, 2011, p. 246).

O "Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral" por sua vez, corresponde ao que foi por muito tempo, durante os séculos XVIII e XIX, o Distrito Diamantino. Uma região com uma bagagem cultural e arquitetônica riquíssima em meio a uma paisagem montanhosa exuberante, com vários marcos que ajudavam a delimitar o território a ser controlado pela coroa. Tal isolamento levou à conservação dos recursos culturais e naturais da região, o que hoje é fator de grande atratividade turística. Também aí estão presentes os campos rupestres de altitude, ricos em flores chamadas de sempre-vivas e inúmeras quedas d'água emolduradas por pontões rochosos elevados, incluindo o pico mais alto do Espinhaço, o Pico do Itambé, marco onipresente na paisagem da região. A cidade de Diamantina, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, polariza uma série de outras cidades e vilas, todas abrigando patrimônios arquitetônicos relevantes e únicos.

De forma destacada, cabe ainda uma pequena descrição sobre os sítios históricos de patrimônios culturais da humanidade, lembrando que, segundo a UNESCO, "o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas" (UNESCO, 2016). O Patrimônio Cultural Mundial é, conforme definição da mesma organização, "composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico" (*op cit*).

A cidade histórica de Ouro Preto, o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas, em Congonhas do Campo, e o centro histórico de Diamantina estão, os três, localizados sobre contextos geográficos e históricos que possuem algumas semelhanças. Dessa semelhança surge a oportunidade de buscar a chancela de Paisagem Cultural para a região em que os sítios estão inseridos. Uma parcela dessa região, localizada na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e na rota turística da Estrada Real, já recebe o nome de "Caminho dos Diamantes", pois sua identidade local se destaca dentro dos contextos territoriais citados.

Completando as breves considerações sobre Ouro Preto, Congonhas e Diamantina, cita-se os fatores que, segundo a UNESCO (2017), justificam a importância dos três sítios. O centro histórico de Diamantina é descrito como "uma cidade colonial encravada como uma joia em um colar de montanhas rochosas, relembrando a façanha dos garimpeiros de diamantes do século XVIII, e testemunha o triunfo do esforço cultural e artístico dos seres humanos sobre o meio ambiente". Ouro Preto, fundada no final do século XVII, "foi o ponto central da corrida do ouro dos anos áureos da mineração no Brasil, no século XVIII". Com a decadência da exploração aurífera no século XIX, a influência da cidade diminuiu, porém, muitas igrejas, pontes e chafarizes permanecem como testemunhos de seu passado de prosperidade e do talento da oficina do escultor barroco Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, além do policromador Mestre Ataíde. Já o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas, ao sul da capital Belo Horizonte, foi construído a partir da segunda metade do século XVIII. É formado por uma igreja, cujo interior é decorado em estilo rococó de inspiração italiana, uma escadaria ladeada por esculturas em pedra-sabão representando os doze Profetas, além de seis capelas (passos) que fazem alusão às Estações da Cruz, abrigando esculturas em madeira policromada da oficina de Aleijadinho, obras-primas da arte barroca.

Diamantina, Ouro Preto e Congonhas dialogam, cada uma à sua maneira, com a paisagem da Reserva da Biosfera que as envolve. A origem histórico-cultural é a mesma e a harmonia cênica entre núcleos urbanos e montanhas de entorno segue enfrentando, ao longo do tempo, diferentes desafios de garantias de integridade. Enquanto Diamantina harmoniza-se com um Espinhaço luminoso e altaneiro, devidamente protegido por uma colar de unidades de conservação que envolve o sítio urbano (Parque Estadual (PE) do Biribiri, PE do Pico do Itambé, PE do Rio Preto, Área de Proteção Ambiental (APA) Águas Vertentes), Ouro Preto tira proveito de uma paisagem também protegida (o marco paisagístico do Pico do Itacolomi que dá nome ao PE do Itacolomi), mas enfrenta os desafios de uma expansão urbana que se deu sobre um terreno acidentado e bastante visado em termos de uma exploração minerária pretérita e, ainda, atual. Esta contradição é ainda maior em relação à paisagem montanhosa lindeira à sede urbana de Congonhas, que apresenta cicatrizes que causam ruídos na proposta dialogal que o genial mestre Aleijadinho procurou estabelecer entre seus profetas e o (então) horizonte sinuoso das montanhas por eles avistadas.

5. A chancela de paisagem cultural, os geoparques e os diálogos possíveis com a RBSE

A partir do que já foi exposto, acredita-se que a região estudada se conforma no conceito de Paisagem Cultural Brasileira estabelecido pelo IPHAN no Art. 1º da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009: "Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (IPHAN, 2009). A regulamentação do IPHAN de paisagem cultural como um dos instrumentos de conservação do patrimônio brasileiro se deu em consonância com a própria UNESCO que já adota esse conceito desde 1992. Para a UNESCO, essa tipologia de reconhecimento deve demonstrar a relação do povo com o seu território e, ao

mesmo tempo, expressar a diversidade cultural existente no mundo:

> São bens culturais e representam obras conjugadas do homem e da natureza [...]. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas (UNESCO, 1992, p. 31).

Conforme a linha teórica de geógrafos que incorporam a dimensão cultural na análise da paisagem, é possível observar que a descrição da região corresponde aos critérios observados para a proposta de regionalização e caracterização como área de importância para preservação aqui apresentada. Elas trazem em si elementos do Humano, Natural, Histórico e do Geográfico. Os fixos e fluxos, que Milton Santos utiliza para ilustrar as complexas dinâmicas espaciais entre os aspectos temporais e físicos, tornam a região da RBSE, que engloba Diamantina, Congonhas e Ouro Preto, tão singular: sob um contexto geológico, geomorfológico, vegetacional, hidrográfico, de unidades de conservação, circuitos turísticos, eixos de deslocamentos, redes urbanas, fragmentações territoriais e contextos históricos dialogam o humano e o natural, o histórico e o geográfico, o passado e o presente

Quanto ao Programa *Geoparks*, este começou a ser desenvolvido pela UNESCO a partir de 1997 quando, após a realização da sua vigésima nona Conferência Geral, projetos de conservação na área ambiental ganharam força. Segundo Zouros (2004) uma reflexão sobre a necessidade de incorporar o patrimônio geológico em iniciativas de conservação teve lugar em 1996, durante o Trigésimo Congresso Internacional de Geologia, realizado em Pequim, na China. O Brasil conta oficialmente com apenas um *Geopark* sob os auspícios da UNESCO, o Araripe, no Ceará, apesar da existência de trinta e seis propostas, algumas prontas desde 2009 por iniciativa do Serviço Geológico do Brasil (CPRM). A UNESCO define os *Geoparks* como:

> Um território com limites bem definidos que tenha uma área suficientemente grande para que sirva ao desenvolvimento econômico local com determinado número de sítios geológicos de importância científica especial, beleza ou raridade e que seja representativa da história geológica, dos eventos ou processos de uma área (UNESCO, 2004 *apud* RUCHKYS, 2007, p. 40).

Ainda destacado por Ruchkys (2007) "um *Geopark* deve ter não somente significância geológica, mas também valores ecológicos, arqueológicos, históricos ou culturais são vistos como importantes componentes" (Ruchkys, 2007, p. 40). Os valores culturais e históricos contidos no território da RBSE, bem como os ecológicos, são evidenciados nas descrições sobre o patrimônio cultural e natural, porém cabe dar destaque para o patrimônio arqueológico, menos presente em referências sobre o Espinhaço, mas que é bastante representativo, pois até dezembro de 2014, Minas Gerais havia registrado mil duzentos e dezesseis sítios arqueológicos, dos quais trezentos e oitenta e sete encontram-se nos municípios pertencentes à RBSE (Andrade *et al*.,2015).

Já Medeiros *et al.* (2015) destacam que uma característica marcante na concepção do *geopark* é sua capacidade de agregação e articulação institucional, já que seu conceito não implica nenhuma rigidez jurídica, o que permite diversos arranjos para sua gestão, podendo inclusive, ser privada. A articulação gerencial desses espaços está vinculada as características locais do território ao qual está inserido.

Os *Geoparks*, juntamente com as outras duas chancelas da UNESCO de Reservas da Biosfera e Paisagem Cultural, suscitam uma imagem completa no sentido de valorizar o patrimônio nacional e, ao mesmo tempo, conservar a diversidade cultural, biológica e geológica do mundo, além de promover o desenvolvimento econômico sustentável. Enquanto as Reservas da Biosfera concentram-se na gestão harmonizada da diversidade biológica e cultural e as Paisagens Culturais promovem a conservação de sítios naturais e culturais de valor universal excepcional, os *Geoparks* dão reconhecimento internacional para os Geossítios "que promovam a importância e o significado de proteger a geodiversidade da Terra por meio do envolvimento ativo das comunidades locais" (UNESCO, 2016).

Acredita-se que o modelo de *Geopark* possa representar uma possibilidade de modernização e efetivação dos planos de gestão dos patrimônios natural e cultural na RBSE e na região do Quadrilátero Ferrífero. Essa evolução aparentemente está intrinsecamente ligada a própria mudança que a concepção de patrimônio sofreu ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, Figueiredo (2014), ao fazer um breve panorama sobre a trajetória da construção da noção de patrimônio, destaca que o conceito de "monumento" surgiu do "significado memorial dos objetos, atrelados à intenção de se fazerem sempre presentes". Posteriormente agregou-se o "o significado estético, vinculado à promoção do belo e da genialidade para as artes, e do belo e do colossal para os elementos da natureza – e, posteriormente, o significado histórico, como "verdade" científica, documento fidedigno do passado, também portador de significados cognitivos (Figueiredo, 2014, p. 415).

Ao comparar a cronologia destacada por Figueiredo (2014) para a concepção de patrimônio com o que Castriota (2007) lembra sobre o início das políticas públicas relacionadas ao patrimônio, fica evidenciado como a gestão também partiu de uma visão centrada no monumento: "a primeira onda de políticas para o patrimônio protegia basicamente edificações, estruturas e outros artefatos individuais, e tinha um caráter essencialmente imobilista, tendo como foco, de fato, a limitação da mudança [...]" (Castriota, 2007:12). Para o autor havia pouca diferença entre os patrimônios móveis e imóveis, pois o patrimônio arquitetônico seria uma "coleção de objetos", "identificados e catalogados como representantes significativos da arquitetura do passado e, como tal, dignos de preservação, passando os critérios adotados aqui pelo caráter de excepcionalidade da edificação, à qual se atribuía valor histórico e/ou estético" (Castriota, 2007, p. 12). Pensando não seguir a lógica excludente descrita e criticada por Castriota (2007), analisa-se sob uma ótica mais abrangente os motivos para se pensar na implantação de um *Geopark* na RBSE como forma de integração para os sítios com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em escala local (entre

Ouro Preto, Congonhas e o entorno no Quadrilátero Ferrífero) e em escala regional (entre o Quadrilátero Ferrífero e a RBSE). Já a Paisagem Cultural não seria o meio mais eficiente para auxiliar a gestão do patrimônio no Quadrilátero Ferrífero, pois não comporta no seu escopo a questão econômica abordada pelos *Geoparks* e, de forma menos clara, pelas Reservas da Biosfera. Da mesma maneira um *Geopark* não seria a melhor opção para as porções central e norte da RBSE, em que a chancela de paisagem cultural se identifica e pode proporcionar um melhor diálogo entre as Unidades de Conservação e os sítios históricos nos mosaicos central e norte da RBSE (Figura 2). Nesse sentido, idealmente, a concepção representada pelo mosaico é a que mais se aproxima da possibilidade de atuar, de forma coordenada, em todas as escalas dos diferentes tipos de uso da terra, incluindo não só as áreas protegidas e unidades de conservação, mas também as áreas de produção e uso intensivo (Ávilla, 2014).

Conforme estudos realizados por Ruchkys (2007) e Oliveira (2014) a proposta para o *Geopark* abarca uma área de 6,5 mil km² distribuída entre vinte e cinco municípios da região central da Minas Gerais, todos eles dentro da área da RBSE. A proposta de *Geopark* Quadrilátero Ferrífero foi concluída em 2009 e, conforme ambos os autores citados, está em fase avançada de implantação. Pode se considerar, de acordo com a documentação apresentada, que a área cumpre todos os requisitos para se tornar um *Geopark*, sendo necessários ainda resolver questões para a gestão desse território e concluir a implantação. O *Geopark* promove um diálogo mais fluido entre os domínios natural, cultural e atividade econômica de mineração e pode proporcionar ações integradas entre os sítios de Congonhas, Ouro Preto e a RBSE como, por exemplo, uma melhor representação no Conselho da RBSE e a proposição/organização de ações em conjunto em escala regional.

Existem precedentes em que essa sobreposição sugerida já ocorre, mesmo que de forma parcial. Para a sobreposição entre Patrimônios da Humanidade coincidentes com *Geoparks,* Oliveira (2014) cita dozes precedentes e, para a sobreposição entre Reservas da Biosfera coincidentes com *Geoparks*, pode-se perceber no levantamento realizado que ela ocorre de forma menos frequente e só existem sete. Entretanto, não foi observado nenhum precedente para a sobreposição entre as três chancelas de Reserva da Biosfera com uma Paisagem Cultural e um Geoparque.

A Paisagem Cultural seria a soma de dois mosaicos apresentados anteriormente, a saber: o "Mosaico do Espinhaço Meridional" e o "Mosaico Alto Jequitinhonha-Serra do Cabral". Esse zoneamento dentro da RBSE teria como objetivo principal dar visibilidade para as questões relacionada ao patrimônio cultural dessa porção da Reserva.

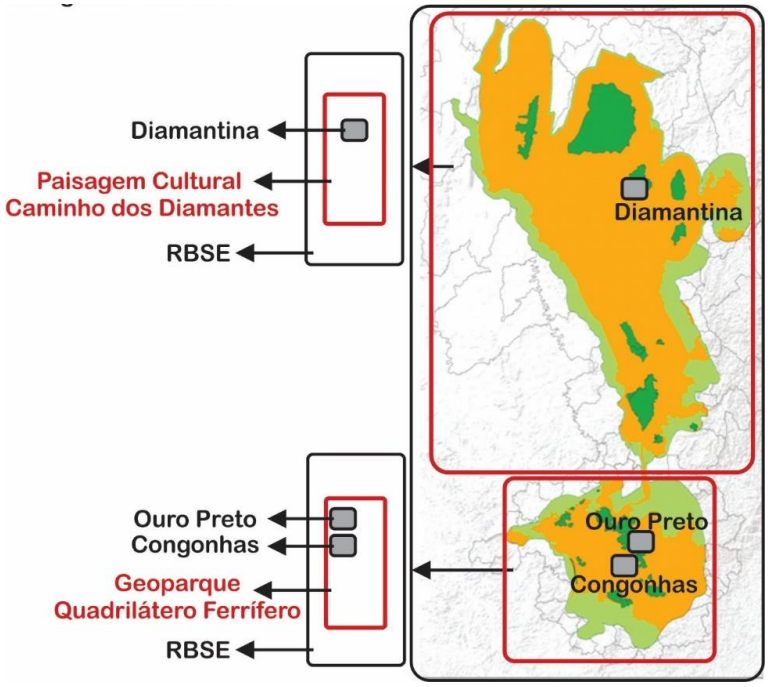

Figura 2: Proposta da Zoneamento síntese para a RBSE.
Fonte: Elaboração própria.

6. Considerações Finais

Apesar de ser apenas um esboço, a ideia de zoneamento proposta para a RBSE baseada na sobreposição de chancelas já foi apresentada e debatida com técnicos do IPHAN, do IEPHA-MG e com uma representante do *Geopark* em fase de implantação, do Quadrilátero Ferrífero. Nas ocasiões houve grande receptividade e, mesmo que de forma preliminar, a ideia foi considerada viável.

Visando a integração entre os organismos gestores, intende-se sugerir que um represente do *Geopark* Quadrilátero Ferrífero seja convidado para participar das reuniões do Conselho Consultivo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Espera-se que a médio prazo este membro possa representar e responder pelas questões da porção sul da RBSE. Também é esperado que a RBSE possa contribuir para o processo de implantação do *Geopark* que, apesar de adiantado, ainda não foi concluído.

Sobre a Paisagem Cultural, na porção central e norte da RBSE, acredita-se que o processo de diálogo entre os envolvidos já foi iniciado e poderá ter no IEPHA-MG um forte articulador. Além do Instituto Estrada Real, da Associação das Cidades Históricas Mineiras e dos Circuitos Turísticos existentes no recorte proposto e com grande poder de promover a mobilização a nível municipal e regional. Existem também diversas associações de moradores e de populações tradicionais que podem contribuir para a implantação da "Paisagem Cultural do Caminho dos Diamantes" na região.

Essa proposta será apresentada ao conselho da RBSE em 2017 e espera-se que ela se torne um grande agente articular do zoneamento proposto. Cabe reafirmar que as Reservas da Biosfera e os *Geoparks* são designações que não são mutuamente excludentes, uma vez que algumas delas podem ser reconhecidas por mais de um programa ou convenção internacionais (UNESCO, 2016, p.106). Considera-se que o mesmo é procedente para as Paisagens Culturais a nível estadual, nacional e/ou internacional. Acredita-se que este é o melhor caminho para se se tenha uma relação que reconheça e possa gerir a dissociabilidade entre o patrimônio cultural e natural da RBSE.

REFERÊNCIAS

Andrade MA, Martins CS, Domingues SA (Org.). 2015. Primeira Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, MaB-UNESCO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Ávilla GC. Mosaico de áreas protegidas do Espinhaço [manuscrito]: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, Minas Gerais e os desafios para sua efetividade. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2014. [online] URL: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/IGCC-9K9JXG

Berque A. 1998. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas uma geografia cultural. In: Corrêa RL; Rosendahl Z (Org.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, p.85.

Becker LC. 2009. Tradição e modernidade: o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento na Estrada Real. 405 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Braga SS. 2011. A Região da Serra do Cipó: complexidade, tempo e turismo. Dissertação de Mestrado, IGC/UFMG. [online] URL: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-8KCLEW

Castriota LB. 2007. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *Revista Fórum Patrimônio*.1 (1): 9-31. [online] URL: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CASTRIOTA%252c%20Leonardo%20B_%20Interven%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20patrim%C3%B4nio%20urbano%20-%20modelos%20e%20perspectivas.pdf

IPHAN. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: [online] URL: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757.

Oliveira JCS. 2014. Geoparques no Brasil: foco geográfico na solução dos desafios. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Brasília.

Pelegrini SCA. 2006. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*. **26** (51): 115-140. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000100007

Ruchkys UA. 2007. Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. 2007. 211f. Tese (Doutorado em Geociências) - IGC/UFMG - Belo Horizonte. [online] URL: http://www.degeo.ufop.br/terraCiencias/coloquios/IIcoloquio/doc_base/Patrimonio_Geologico_e_Geoconservacao_no_Quadrilatero_Ferrifero,_Minas_Gerais:_Potencial_para_criacao_de_um_Geoparque_da_Unesco.pdf

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO. 1996. Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Unesco Brasil. São Paulo.

Ruchkys UA. Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Património Mundial. [online] URL: http://whc.unesco.org/en/guidelines/.

Ruchkys UA. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Unesco, Paris. 1972. [online] URL: http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf.

Ruchkys UA. Programa o Homem e a Biosfera. Unesco, Paris. 1972. [online] URL: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/about-mab.

Ruchkys UA. 2016. Gestão do Patrimônio Mundial natural. Brasília. UNESCO Brasil, IPHAN, 107 p., il. – (Manual de referência do patrimônio mundial).

The management possibilities for cultural and natural heritage in the biosphere reserve of the Espinhaço, Minas Gerais, Brazil

Solano de Souza Braga *
Bernardo Machado Gontijo **
Úrsula Ruchkys de Azevedo ***
Guilherme Augusto Pereira Malta ****
Marina Furtado Gonçalves *****

* Bachelors in Tourism (UFMG) and Geographer (UNIVERSO). Master in Geography (IGC-UFMG). Professor at UFPI.
** Biologist (PUCMinas) and Geographer (IGC-UFMG). Master in Latin-American Studies (Vanderbilt University). Doctorate in Sustainable Development (UNB). Professor at IGC-UFMG.
*** Geologist (UFMG). Master in Geography (PUCMinas). Doctorate in Geology (UFMG). Professor at IGC-UFMG.
**** Bachelors in Tourism (UFMG). Master in Geography (IGC-UFMG). Graduate student in Geography (IGC-UFMG).
***** Bachelors in Conservation-Restoration of Cultural Goods (UFMG). Master in Arts (UFMG). Graduate student in History (UFMG).

Abstract This article is the result of a reflection on the possible ways to relate the territorial management where three of the municipalities of Minas Gerais are located, which received the seal of World Cultural Heritage granted by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Two of these municipalities are also included in the proposal to create the Quadrilátero Ferrífero Geopark, in the spatial context of the Serra do Espinhaço Biosphere Reserve (RBSE), a seal granted by the same international body. From the survey on the management mechanisms of the RBSE region, a collaborative system between cultural and natural sites is proposed, so that this management can be carried out in a more integrated and efficient way, in order to give more visibility to the historical-cultural heritage aiming at the conservation and development of the region.

Palavras-chave: cultural landscape, biosphere reserve, geoparks, management, heritage.

Informações sobre os autores

Solano de Souza Braga
Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Geociências - Departamento de Geografia: Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha 31270-901 Belo Horizonte MG
E-mail: solanobraga@yahoo.com.br
Link para o currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/3774316982731542

Bernardo Machado Gontijo
Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Geociências - Departamento de Geografia: Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha 31270-901 Belo Horizonte MG
E-mail: gontijobm@yahoo.com.br
Link para o currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/0882015654292509

Úrsula Ruchkys de Azevedo
Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Geociências - Departamento de Geografia: Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha 31270-901 Belo Horizonte MG
E-mail: ularuchkys@yahoo.com.br
Link para o currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/0031049365155055

Guilherme Augusto Pereira Malta
Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Geociências - Departamento de Geografia: Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha 31270-901 Belo Horizonte MG
E-mail: Guilherme.malta@gmail.com
Link para o currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/7723375211499046

Marina Furtado Gonçalves
Endereço para correspondência: Universidade Federal de Minas Gerais - FAFICH - Departamento de História: Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha 31270-901 Belo Horizonte MG

E-mail: marinaufmg@yahoo.com.br
Link para o currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1279409696749814

Artigo Recebido em: 10-05-2017
Artigo Aprovado em: 12-06-2017